

O papel social das três Marias na atualidade

Em 1993, Johanna W. Smit, então professora doutora do curso de Biblioteconomia e Documentação (CBD) da Escola de Comunicações e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo (USP) publicou um artigo com o título **O documento audiovisual ou a proximidade entre as 3 Marias**. Neste texto, a autora (1992, p. 82) defende a ideia de que a organização de documentos audiovisuais permeia as três profissões irmãs: a museologia, a arquivística e a documentação/biblioteconomia, as *três Marias*. Ela considera as dificuldades de tratar adequadamente os documentos audiovisuais como um dos pontos de interseção entre as três áreas de atuação.

Smit (1993, p. 82) considera que os documentos audiovisuais se constituem “interface entre museologia, arquivística e biblioteconomia e documentação, porque presente em todas e também porque as três profissões têm dificuldades diferenciadas, por certo – para tratarem estes documentos, dada sua especificidade”. Ela identifica a importância de chamar

a atenção para os momentos de aproximação entre as três profissões que, apesar de compartilharem objetivos próximos, técnicas semelhantes e as mesmas condições adversas (a situação aflitiva em que encontram a “cultura”, a “memória” e a “informação” no Brasil de hoje é suficientemente conhecida), raramente unem esforços, ignorando-se umas às outras na maior parte das vezes.

Tomamos emprestada a expressão *três Marias* da professora Johanna Smit não mais para discutir especificamente o tratamento de documentos audiovisuais, mas sim, para discutir a situação comum em que se encontram os três tipos de instituições que fazem parte desta trindade: o museu, a biblioteca e o arquivo em relação às questões sociais referentes à cultura, memória e informação e o papel destes equipamentos na sociedade hoje, com ênfase maior nos museus.

Atualmente, profissionais das três áreas têm discutido amplamente sobre o propósito de sua existência e sobre medidas que façam a sociedade compreender a importância de seus serviços, e mais que tudo, os utilizem. Na sua função primordial, ainda hoje, de responsabilidade sobre o legado cultural, arquivos, museus e bibliotecas têm percebido a redução de seus usuários e a subutilização de seus acervos e têm se ressentido disto. Faremos uma curta análise de cada uma dessas unidades de informação.

Começamos pelos **arquivos**, a existência e permanência destas unidades são inquestionáveis para alguns, face às exigências legais existentes em relação ao valor probatório dos documentos e a necessidade de sua guarda permanente ou temporária; de onde surge a imagem de que arquivos sejam apenas local para guarda de documentos velhos, isto é o famoso “arquivo morto”. No entanto, recentemente, tem havido uma transformação nesta visão, principalmente, a partir do momento em que muitas empresas começaram a valorizar a memória da instituição e decidiram implantar centros específicos para este fim.

Desta forma, os arquivos deixaram de ser “arquivo morto” para ser também centro de informação, centro de documentação ou centro de memória onde documentos em textos ou em forma de objetos passaram a ser coletados, tratados e armazenados. No entanto, o grande desafio dos profissionais que atuam neste novo arquivo, compostos, geralmente, de historiadores, bibliotecários e comunicadores sociais é provar para a alta direção das instituições porque devem existir esses centros. Para tanto, necessitam de um bom trabalho de marketing e, antes de tudo, comprovar retornos, sejam eles financeiros ou de imagem, oriundos de um sucesso de vendas ou da associação da imagem da instituição a algo positivo para a sociedade e o ser humano.

Estes centros de informação são capazes também de armazenar dados e informações de mercado, de concorrentes e potenciais parceiros e, principalmente, extrair estes elementos a partir de publicações diversas como jornais, revistas, apresentações de televisão e muitos outros, fornecendo-os à empresa para facilitar processos decisórios. Nestas circunstâncias, o objetivo principal é o uso das informações para o retorno financeiro.

Em alguns casos, a empresa é detentora de dados e informações que possam afetar a qualidade de vida do planeta. Neste caso, o acesso a essas informações permite retornos tanto financeiros quanto de imagem.

Pensando o lado da função social da documentação, temos que incluir aqui a questão da lei de acesso. Nos tempos atuais, a sociedade tem demandando transparência tanto de instituições privadas em relação a conteúdo, usos e riscos dos seus produtos, quanto das públicas, quanto as suas políticas de funcionamento e, principalmente, quanto ao uso dos recursos provenientes dos impostos pagos pelos cidadãos. E esta exigência tem

suporte na lei nº 12.527/2011 que regulamenta o direito constitucional de acesso às informações públicas. Ainda há várias discussões a respeito do que se considera “informações públicas”, o que tem suscitado muitas divergências e tribulações às entidades públicas. Não vamos, porém aprofundar esta discussão aqui, mas apenas lembrar que esta lei tem grande influência na atividade de arquivos.

Aí está a função social da arquivística: proporcionar à sociedade aumento de expectativa de vida e/ou melhoria na qualidade de vida através de informações que possam auxiliar a melhorar o desenvolvimento e desempenho de produtos e serviços públicos ou privados colocados à disposição do povo.

Passemos à **biblioteca**, unidade, que por questões etimológicas, está fortemente atrelada a livros (do grego biblio = livro + theca = armario/caixa) e por isto suscita muitas discussões a respeito de sua sobrevivência pois alguns preconizam que a invenção da Internet e, principalmente, dos livros eletrônicos decretaram a morte das bibliotecas.

Das bibliotecas, espera-se o acesso à informação, seja ela de cunho cultural, econômico, histórico e educacional. Assim, bibliotecas devem se responsabilizar por adquirir, guardar, tratar e disponibilizar informações. No entanto, é impossível que elas possam trabalhar com todas as informações, mesmo restringido-as a uma temática. Portanto, o trabalho das bibliotecas deve estar atrelado à instituição a qual ela pertence, seja ela uma escola ou uma empresa, pública ou privada. As missões e objetivos da biblioteca são determinados pelas missões e objetivos da entidade mãe e ao papel que esta entidade desempenha na sociedade.

As bibliotecas têm três grandes alicerces para seu desenvolvimento: a informação em si, isto é, qual é a mais relevante e pertinente para o seu acervo; o usuário, quem é o usuário a ser atendido na biblioteca e; a instituição mãe, o que ela quis ao decidir estabelecer a biblioteca dentro de sua estrutura. Parece simples, mas a compreensão deste tripé é o grande desafio dos bibliotecários; principalmente porque o usuário nem sempre é facilmente identificável, pode estar ao seu lado, no entorno da edificação, mas pode também estar a milhares de quilômetros de distância, e pode ser silencioso. Há decisões a serem tomadas para a escolha da informação, da forma que ela estará disponibilizada e como permitir o acesso.

Assim, a informação disponibilizada, o usuário que a frequenta e a instituição a qual a biblioteca pertence definem o tipo de biblioteca. Listamos a seguir a tipologia mais comum entre essas unidades de informação.

A biblioteca pública “tem por objetivo atender por meio do seu acervo e de seus serviços, os diferentes interesses de leitura e informação da comunidade em que está localizada, colaborando para ampliar o acesso à informação, à leitura e ao livro, de forma gratuita. Atende a todos os públicos” (SBNP).

No entanto, há bibliotecas públicas que possuem acervos especializados e são denominadas Bibliotecas públicas temáticas. Há também aquelas que se especializam no atendimento a determinado público e são identificadas pelo público que atende, por exemplo: biblioteca pública infantil. A biblioteca comunitária é um “espaço de incentivo à leitura e acesso ao livro. É criada e mantida pela comunidade local” (SBNP).

Já a biblioteca escolar está inserida em uma escola e visa a atender os interesses de leitura e informação de sua comunidade e deve trabalhar em sintonia com o projeto pedagógico da escola. Assim, atende professores, alunos, funcionários e também familiares de alunos e a comunidade do entorno.

A biblioteca universitária pode ser pública ou privada e “tem por objetivo apoiar as atividades de ensino, pesquisa e extensão por meio de seu acervo e dos seus serviços” (SBNP). Atende além de alunos e professores, os pesquisadores e a comunidade acadêmica em geral. É vinculada a uma unidade de ensino superior.

A Biblioteca especializada dedica-se a um campo de conhecimento específico. Pode ser pública ou privada, pode estar vinculada a uma unidade de ensino.

Há também, a biblioteca/centro de referência, que é especializada e atua com o “foco no acesso, disseminação, produção e utilização da informação para um determinado público” (SBNP). Muitas delas não possuem acervo próprio e trabalham exclusivamente com a referenciação de documentos sobre determinado assunto (resumos e resenhas). (SBNP)

Vimos, portanto, que a função das bibliotecas é oferecer acesso a informações, de acordo com as necessidades do seu público e da instituição a que está ligada. E que estes elementos deveriam determinar sua arquitetura, seu planejamento, seus serviços; enfim, seu funcionamento

Já os **museus**, instituições nascidas, segundo Grossmann (1991) “em mentes e sob o poder de indivíduos como reis, papas, conquistadores, burgueses etc, isto é colecionadores ...”, e que ainda hoje carrega a concepção de que uma das suas principais funções é reunir e preservar objetos, como bibelôs e lembranças de “valor intrínseco a gostos e crenças de pessoas ou grupos que foram ou são “produtores de cultura” (a oficial ou a reinante).” que é considerado como valor intrínseco a gostos e crenças de pessoas ou grupos que foram ou são “produtores de cultura” (a oficial ou a reinante). Desta forma, continua Grossmann: “fragmentos culturais que foram considerados valiosos ou expressões supremas dentro do, ou para o, contexto da época foram retirados de seus sítios originais e transportados para edifícios onde foram armazenados e eventualmente exibidos.”

Como explica Grossman (1991):

Este processo de seleção, deslocamento, agrupamento e armazenamento veio a ser formalizado como o ideal do museu: o espaço próprio para conservar “o que é considerado de valor ou representativo”(tesouro) por certa raça, religião, reino, etc... ou por uma determinada cultura ou história. Este processo de descontextualização, entre outros fatores, motivou o surgimento de objetos que hoje rotulamos como Arte.

Martin Grossman (2011) aponta três estágios pelos quais a instituição de arte passa: 1º) o do “livro e museu” em que ambos “são considerados meios consagrados, que seguem padrões estritos, fundamentados pelos valores do Classicismo: simetria, proporção, hierarquia de elementos”; os dois são elitistas e demandam isolamento e ambos “possuem uma formatação estandardizada”, e 2º) o da “revista e o museu de arte moderna” em que tanto revista modernista quanto o museu de arte moderna têm origem em New York, “criados sob tutela da mídia (mass mídia), da reprodutibilidade e do espetáculo, portanto, norteados pelos pressupostos de uma Sociedade de Consumo... e ancorados nos princípios democráticos e nas convicções liberais da sociedade norte-americana”; e 3º) o da “interface”, estágio em desenvolvimento, que “amplia a condição e ação não só do museu como da própria arte”.

“Na segunda metade do século XVIII, quando a configuração de uma consciência social dava seus primeiros sinais”, conforme Grossmann (1991), “O Museu vem a ser definitivamente considerado como instituição pública. Sendo assim, o ato de abrir as portas do Museu para o grande público pode ser considerado, o ponto de partida do Museu

Moderno.” O abrir de portas dos museus “foi e - ainda é muitas vezes – considerado suficiente para manter o Museu como uma instituição social e também como cumpridora de suas responsabilidades educativas.”

No entanto, aponta Grossmann (1991) que embora a existência dos museus não tivesse sofrido questionamentos desde o decreto francês que declara museus propriedades da comunidade,

Os especialistas ligados à instituição Museu – historiadores, *connoisseurs*, e assim por diante – concordavam, cinicamente, que os museus em geral deveriam ser acessíveis ao grande público, mas por outro lado mantinham o entendimento da arte como um produto de uma sensibilidade especial, passível de ser adquirida somente por via de um conhecimento a priori e certo grau de educação.

Ele anuncia que “nenhum esforço educativo específico foi efetivamente aplicado durante este período” e que “Portas abertas” por si só já era considerado suficiente como propósito educativo. Desta forma, mantinham políticas culturais indefinidas, ausência de programas educativos, exposições em permanente desordem; em resumo, um ambiente estático: nada mais que o depósito da “riqueza do passado”. (GROSSMANN, 1991)

Mas a situação se alterou a partir dos anos 30 século XX, quando “O Museu de Arte Moderna estendeu as atividades sociais e culturais dos museus mais longe do que nunca através de conferências, debates, filmes, programas radiofônicos e uma estonteante sucessão de chiques e memoráveis “vernissages” Sendo assim, o museu já não é mais considerado apenas como mero depósito, mas também como um agente cultural, provocando e representando a produção das artes contemporâneas. (GROSSMANN, 1991)

Assim, Grossmann (2011) identifica que o museu, na versão moderna dos anos 30 do século XX, “vem assumindo um outro papel: de museu ilustração para museu agente cultural, um museu imbricado não só em seu contexto mas na vida e em sua dinâmica”, visto como um “complexo socio-cultural atuando em varias frentes, ambiente e condutor de transformações nos modos de representação e na produção de sentido de uma sociedade que se atualiza no tempo”.

No entanto, apesar destas transformações, aponta Grossmann (1991) que

“o museu ainda apresenta problemas no seu relacionamento com o público, apesar de algumas dramáticas mudanças. Os seus “sagrados” espaços arquitetônicos (palácios?) estão sendo visitados

como nunca o foram anteriormente, porém a ausência de entendimento ou até de compreensão da arte e a consideração do papel educativo do museu continuam praticamente os mesmos.

No entanto, Grossmann (1991) aponta honrosas exceções a essa falta de cuidado com o público ao citar Hudson que menciona o Museu de Charles Wilson Peale, iniciado em sua residência e transferido para uma galeria projetada para tal fim, com acervo sempre voltado para o interesse do público em geral. Esta iniciativa tornou-se um dos primeiros movimentos de estruturar o museu de acordo com as necessidades e curiosidades populares.

Outro exemplo de museu voltado para o público citado por Grossmann (1991) é o Museu do Amanhã que apresenta “propriedades científicas, históricas, culturais e artísticas de um museu tradicional” mas inclui locais “como as praças, as galerias e ruas comerciais” para se tornar “um espaço de convivência e de conveniência” “ Para tanto, Stein projetou um museu gigantesco”, conforme Grossman (2011) “que deveria saciar os anseios tanto do visitante comum, como do especialista. O museu público seria circundado pelo museu do especialista. Ou seja, em seu miolo além das galerias organizadas como índices do conhecimento humano, o visitante comum encontraria, em espaços intercalados, restaurantes, praças e outras conveniências

Mas na segunda metade do século XX, na França, Malraux e sua equipe do Ministério da Cultura desenvolveu um novo equipamento cultural: as *Maisons de la Culture* que, segundo Grossmann (2011) “além de motivarem a experiência da arte, seriam espaços de estímulo à sociabilização e ao espírito comunitário”. Sendo definido por Pierre Moinot, um assessor de Malraux, como local de “encontro entre o homem e a arte que promove uma familiaridade”.

Ainda na França, nas décadas de 1970 e 80, os centros culturais em grandes centros urbanos são as versões atualizadas e aprimoradas das *Maisons de la Culture* (GROSSMANN, 2011).

Da mesma forma que alguns preconizam a morte das bibliotecas devido ao surgimento dos livros eletrônicos e da Internet, nas décadas de 1960 e 70, os futuristas italianos “proclamaram morte aos museus e praticamente todo o movimento de arte moderna concordou que o museu simbolizava poderosamente o passado falido o qual tanto combatiam.” (GROSSMANN, 1991). Mas, ao final, o Museu certamente é quem “possui a

palavra final na decisão do que deve ser considerado in e out, e assim, conseqüentemente, o que “merece posteridade (Grossmann, 1991). Afinal, “museus, bibliotecas e arquivos ainda [são] tidos como os verdadeiros condutores do legado cultural universal” (GROSSMANN, 2011).

Em geral, lembra Martin (1991): “Coleções são obviamente escolhas parciais, por serem uma espécie de espelho de um gosto, conhecimento, cultura, crença e poder particulares, e especialmente por estarem limitadas por restrições de ordem espacial.” Assim acontece com as bibliotecas cujos acervos são escolhas parciais, com a diferença que a biblioteca, em geral, obedece a mais limitações que o museu, porque precisa atender as necessidades do seu usuário e da instituição a que está ligada.

Atualmente, é comum pensar em classificações de museu: de arte, de historia natural, de história geral ou regional ou local ou por temática: de aviação, de transportes, etc. E assim, como as bibliotecas, os museus atendem públicos diferentes, de acordo com a sua tipologia e temática.

A 23ª Conferência Geral do Conselho Internacional de Museus (ICOM) - encontro realizado em um país diferente a cada 3 anos – teve como temática **Museu (Memória + Criatividade) = Mudança Social**, desta forma foram “apresentadas experiências pautadas na criatividade que valoriza o patrimônio cultural com destaque no papel transformador dos museus por meio da memória social”. (FORUM PERMANENTE). Em uma das plenárias, Antonio Emilio Leite Couto (2013), ou Mia Couto, como é mais conhecido o escritor e jornalista moçambicano, discorreu sobre **Os tempos que há no tempo**, e poeticamente narra sua experiência com o museu, que ele considera como o local onde se guardam as memórias. Ele vê “alma nas coisas materiais” e considera o “Museu como entidade viva com alma, que trabalha como jornal e livro aberto para o mundo”, “um lugar de cultura”.

Nessa apresentação, Mia Couto (2013) ainda defende que os museus devem respeitar as diversidades culturais e mais que isso, as diversidades culturais devem produzir museus diversos que se concebem de modo distinto. Aqui ele se refere à adequação do museu ao seu público e ao seu entorno.

Para Mia (2013), os museus que marcaram sua vida, foram aqueles onde ele aprendeu a ser outro e onde ele, além de ter aprendido mais, sonhou. E é esta a função

social que o museu deve ter; o de transformador daquele que o visita. O que é exibido no museu deve ter o poder de trazer mudanças àquele que o visita.

Considerações finais

Pensando em termos de Brasil, de território de dimensões continentais, de espaços ainda não explorados mais distantes da costa marítima e da grande desigualdade de desenvolvimento econômico, de diferenças raciais, étnicas e, portanto culturais. Como devem ser as bibliotecas? Os centros de documentação e os museus? Qual o papel que lhes cabe nos tempos atuais?

Diferentes locais, diferentes necessidades, diferentes culturas demandam diferentes equipamentos culturais. Nos últimos tempos, têm surgido os centros de cultura ou similares onde as *três Marias* podem conviver pacificamente em ambiente colaborativo entre si e com a comunidade. O que não invalida a existência de arquivos, bibliotecas e museus nos moldes tradicionais desde que estejam de acordo com as finalidades e propósitos diante das necessidades e desejos das instituições a que pertencem e dos usuários que almejam atender.

No Brasil da diversidade ainda cabem bibliotecas em bares, açougues, estações de ônibus e trem; lombo de burro; garupa de bicicleta ou em amplos edifícios, de acordo com a realidade do usuário. Assim como, têm validade os museus históricos; de arte; de temática específica se souberem se inserir na sociedade a que pretendem servir.

De alguma forma, parece que os arquivos têm expandido os seus limites ao incorporarem o conceito de centros de informação, memória ou documentação, atendendo a sua instituição de forma mais ampla, muito além do oferecimento de documentos velhos guardados com mais ou menos cuidado.

A união e a colaboração entre as *três Marias* trarão, com certeza, melhores unidades de informação, capazes de atender as angústias de uma sociedade de grandes necessidades básicas de educação e cultura, carentes de solidez educacional formal. Museus, bibliotecas e arquivos devem oferecer aos seus usuários a possibilidade da familiarização com o seu acervo ou coleção para que haja a legítima compreensão do que estiver disponibilizado ao público. “Portas abertas” são insuficientes para atender as reais necessidades e desejos da sociedade e as informações devem estar no nível de adequação coerente com a base cultural e social dos indivíduos a serem contemplados com as ações desses equipamentos culturais.

Bibliografia

COUTO, Mia. Os tempos que há no tempo. **Conferência Geral do ICOM**, 23. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em http://www.forumpermanente.org/event_pres/encontros/icom-2013/videos/os-tempos-que-ha-no-tempo. Acesso em 15 nov. 2014.

GROSSMANN, Martin. O anti-museu. *Revista de Comunicações e Artes*, São Paulo, v. 24, p. 5-20, 1991. Disponível em <http://www.forumpermanente.org/revista/numero-1/museu-ideal/martin-grossmann/o-anti-museu#_ftn11>. Acesso em 27 nov. 2014.

_____. O museu como interface. In GROSSMANN, Martin & . & MARIOTTI, G. **Museum art today / Museu de arte hoje**. São Paulo, Hedra & Forum Permanente, 2011, pp 193-221. Disponível em <http://www.forumpermanente.org/event_pres/simp_sem/pad-ped0/documentacao-f/mesa_03/mesa3_martin>. Acesso em 30 nov. 2014

Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas. **Tipos de bibliotecas**. Disponível em <http://snbp.bn.br/tipos-de-bibliotecas/>. Acesso em 1º dez. 2014.

SMIT, Johanna W. O documento audiovisual ou a proximidade entre as 3 Marias. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**. São Paulo, v.26, n.1/2, p.81-85, jan./jun.1993. Disponível em: <<http://www.brapci.ufpr.br/documento.php?dd0=0000002163&dd1=3e67b>>. Acesso em 15 nov. 2014.